



Cárter/vecto

Na reunião da CAE, o senador José Sarney diz que o Brasil estaria inserido no mercado internacional com a mesma capacidade competitiva da China caso as ZPEs já estivessem operando

Novas regras para ZPEs vão ao Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou as emendas da Câmara dos Deputados ao projeto que altera a legislação sobre as zonas de processamento de exportação (ZPEs). Acordo entre os líderes partidários e o governo estabeleceu que o relatório de Tasso Jereissati fosse acatado sem mudanças. Os pontos não consensuais deverão ser vetados pelo presidente Lula e substituídos, via medida provisória, por normas negociadas com a comissão. O projeto vai ao exame do Plenário com pedido de urgência. As ZPEs são distritos industriais que oferecem benefícios às empresas que destinarem a maior parte da produção ao mercado externo. Foi com base nessa estratégia que a China alavancou sua economia. **Página 3**

O documentário Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá foi lançado no Auditório Petrônio Portela, do Senado. Um dos vencedores do Festival de Brasília de 2006, o filme estréia em agosto no circuito comercial. **Página 5**



Mônica/vecto

Meirelles: BC não controla tarifas

Questionado sobre as altas tarifas cobradas pelos bancos, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disse no Senado que o BC "não tem a função de controlar preços". **Página 3**

Ministro diz que Pan promove o Brasil

A realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio ajudará a promover a imagem do Brasil no exterior, segundo afirmou ontem o ministro do Esporte, Orlando Silva. **Página 8**



Conselho de Ética recebe perícia de documentos

O presidente do Conselho de Ética, Sibá Machado, recebeu ontem à noite o resultado da perícia realizada pela Polícia Federal em documentos entregues pelo presidente do Senado,

Renan Calheiros. O conselho se reúne hoje para analisar representação do PSOL contra Renan, que ontem rejeitou a idéia de renunciar à Presidência do Senado. **Página 4**



Mônica/vecto

Peritos chegam ao Senado para entregar resultado de exame em documentos

Demostenes apresenta na CPI um documento com análise das condições de segurança de vôo no Brasil

Segundo relatório parcial sobre crise aérea sai amanhã

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, Demostenes Torres (DEM-GO), deverá apresentar amanhã o segundo relatório parcial da comissão. O documento trará uma análise das condições de segurança de vôo no Brasil. O horário da reunião ainda não foi confirmado.

Demostenes ofereceu no dia 6 o primeiro relatório parcial da CPI. O texto tratou especificamente do acidente entre o Boeing da Gol e o jatinho Legacy da American ExcelAir, ocorrido em 29 de setembro de 2006. O documento indicou como principais responsáveis pela tragédia controladores de vôo e os dois pilotos norte-americanos do jatinho.

Um terceiro e último relatório parcial a ser apresentado por Demostenes, ainda sem data prevista, deverá se dedicar às denúncias de irregularidades na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). A previsão é que a CPI encerre seus trabalhos em novembro.

Telecomunicações

Hoje, a CPI vai realizar duas audiências públicas. Na primeira, que vai analisar o sistema de telecomunicações utilizado para o controle de vôo nacional, serão ouvidos o presidente da Embratel, Carlos Henrique Moreira, e o diretor-presidente da empresa



Demostenes é relator da CPI, que realiza duas audiências hoje pela manhã

de telecomunicações via satélite Star One, Gustavo Soares Silbert. Conforme revelado pela CPI, a atual modalidade de controle de aeronaves apresenta falhas como duplicação de pistas, emissão de sinais fantasmas, geração de informações imprecisas e ocorrência de pontos cegos. Essa primeira audiência deve ter início às 9h.

A segunda parte da reunião, com início às 11h, vai verificar a atuação da Infraero. Será a vez de os senadores argüirem o diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Dcea), major-brigadeiro-do-ar Ramon Borges Cardoso, e a empresária paranaense Sílvia Pfeiffer, que denunciou à Polícia Federal um suposto esquema de corrupção na Infraero.

César Zaveredo

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senado presta homenagem ao Grupo Bandeirantes pelos 70 anos

A sessão é deliberativa e começa às 14h. Por iniciativa de Efraim Morais (DEM-PB), o Senado reúne-se em sessão especial, às 11h, para homenagear a passagem dos 70 anos do Grupo Bandeirantes.

Novo debate sobre convergência tecnológica

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza audiência, às 9h, sobre convergência tecnológica. Entre os convidados estão o diretor da Ancine, Leopoldo Nunes; o diretor-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Alexandre Annenberg; o superintendente da Associação Brasileira de Telecomunicações, César Rômulo Silveira Neto; e a diretora da Associação das Produtoras de Cinema, Assunção Hernandes.



CPI discute monitoramento de aeronaves por satélite

A CPI do Apagão Aéreo reúne-se às 9h para ouvir o presidente da Embratel, Carlos Henrique Moreira, e o diretor-presidente da Star One, Gustavo Silbert, sobre controle de tráfego aéreo por satélite geostacionário. Às 11h, a comissão debate a atuação da Infraero com o diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, major-brigadeiro-do-ar Ramon Borges Cardoso, e a empresária Sílvia Pfeiffer.

Exposição indevida ao sol é tema de projeto que será votado pela CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 11h para analisar 14 itens, entre eles, o substitutivo a projeto que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde. A Comissão de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência às 14h sobre projeto que determina a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicação em penitenciárias.



Geógrafo falará sobre aquecimento global e florestas

Para debater o impacto da nova realidade climática nos biomas brasileiros, a Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas ouve, a partir das 13h, o professor e geógrafo Aziz Ab'Saber, convidado por iniciativa do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para analisar pauta e relatórios.

Subcomissão examina reforma tributária com pesquisadores

A Subcomissão Temporária da Reforma Tributária realiza audiência, às 19h, para debater a proposta de reforma tributária que será enviada pelo governo federal ao Congresso no segundo semestre. Os convidados são Fernando Rezende Silva, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e a coordenadora de Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Maria Helena Zockun.

Conselho de Ética vota relatório

Às 13h30, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se, conforme decisão tomada na segunda-feira, para a votação do relatório sobre representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra de decoro parlamentar.

Presidente da República Dominicana

O presidente do Senado, Renan Calheiros, receberá às 15h15, em visita oficial, o presidente da República Dominicana, Leonel Fernández. Às 19h, haverá o lançamento do livro Renato Archer: energia atômica, soberania e desenvolvimento, organizado por Álvaro Rocha Filho e João Carlos Vitor Garcia.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Gerson Camata, Romeu Tuma, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi e Antônio Carlos Valadares

Comissão ratifica acordo que prevê a aprovação do projeto das ZPEs e posterior veto de itens não consensuais, a serem modificados via medida provisória

Adiada votação de incentivo para área da Sudam e Sudene

A votação de nove proposições que estavam na pauta da reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos foi adiada para a próxima semana. Entre as matérias pendentes está o parecer favorável do senador João Vicente Claudino (PTB-PI) a projeto de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que restabelece isenção de Imposto de Renda para empreendimentos localizados na área de atuação das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

De acordo com o projeto (PLS 43/07), os empreendimentos devem enquadrar-se nos setores da economia considerados pelo Executivo como prioritários para o desenvolvimento regional. Caso o parecer seja aprovado, o texto segue para análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para decisão terminativa.

Audiência discutirá propaganda de bebidas alcoólicas

Os limites legais da propaganda de bebidas alcoólicas serão debatidos em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, em data a ser definida. Devem participar da reunião, como convidados, representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar).

De acordo com o requerimento aprovado na comissão, apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), "a Anvisa promoveu diversas consultas públicas, colocando em discussão resolução estabelecendo novas regras, o que está em claro desacordo com a Lei Maior".

O parlamentar destaca, na solicitação, a necessidade de que a "Constituição federal seja observada e a discussão ocorra no Congresso Nacional".

Nova regra para zonas de exportação passa na CAE e segue para o Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável às emendas da Câmara a projeto que altera a legislação sobre as zonas de processamento de exportação (ZPEs). A votação ratificou acordo firmado entre os líderes partidários e o governo para que o relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE) fosse acatado sem mudanças. Pelo acordo, os pontos não consensuais do texto serão vetados pelo presidente Lula e substituídos, via medida provisória, por soluções negociadas com a comissão.

A matéria (PLS 146/96) será apreciada em Plenário, com pedido de urgência, como deliberado na CAE. A aprovação final assinalará desfecho positivo para o texto, depois de 11 anos de tramitação no Congresso, nove dos quais na Câmara, onde recebeu as 11 emendas que fizeram



Jereissati (E), relator do projeto, em conversa com Casagrande, durante reunião na CAE

o projeto retornar para novo exame no Senado. Jereissati acatou todas as modificações, até porque novas alterações fariam a proposta voltar à Câmara, o que significaria mais tempo para sua aprovação.

As ZPEs são distritos industriais que oferecem benefícios administrativos, isenções tributárias e liberdade cambial para as empresas, desde que destinem a maior parte da produção para o mercado externo. Foi com base nessa estratégia que a China alavancou sua economia nos anos recentes.

Além da preocupação com o impacto das isenções sobre a arrecadação tributária por parte da Receita, resistiam também às ZPEs as indústrias instaladas no país, por temor à concorrência das empresas incentivadas. Uma das emendas aprovadas eleva para 20% a parcela da produção que as

empresas estão autorizadas a destinar ao mercado interno. Esse ponto, entretanto, será objeto de ajuste, conforme acordo entre os líderes e o governo.

As alterações a serem negociadas visam acomodar interesses afetados. O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou o grupo de trabalho que tratará das modificações: José Sarney (PMDB-AP), Romero Jucá (PMDB-RR), Osmar Dias (PDT-PR), Jayme Campos (DEM-MT) e Renato Casagrande (PSB-ES), além de Jereissati e Mercadante.

Meirelles: "Controle de tarifas bancárias não é papel do BC"

Ao ser questionado sobre as altas tarifas cobradas pelos bancos, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, respondeu que a instituição "não tem a função de controlar preços". Eduardo Suplicy (PT-SP) citou estudo da empresa de consultoria Austing Rating indicando que as receitas com tarifas bancárias aumentaram cerca de oito vezes desde 1994, atingindo R\$ 52,8 bilhões no ano passado.

Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao criticar o Banco Central, afirmou que a instituição adotou uma "atitude passiva" e estaria tolerando as tarifas praticadas pelos bancos.

Meirelles argumentou que o ordenamento jurídico que trata do sistema financeiro "não prevê o controle de preços por parte do Banco Central ou de nenhum órgão público".

– Vivemos em um sistema de livre mercado – acrescentou ele.

No requerimento em que solicitou o debate sobre concentração bancária, o líder do PSB no Senado, Re-



Ao lado de Mercadante (D), Meirelles participa de audiência

inclusive naqueles com taxas de juros menores que as do Brasil, como seria o caso de África do Sul, Alemanha, Espanha, França, México, Reino Unido, Suécia e Suíça. Ele lembrou que, no Brasil, as três maiores instituições detêm 45% do mercado nacional; na Suécia, os três maiores bancos teriam 95% do mercado; na Alemanha, 65%; no México, 62%; e no Reino Unido, 49%.

Casagrande questionou Meirelles sobre a participação do item inadimplência na composição das taxas de juros cobradas pelos bancos em empréstimos. Esse item, disse, corresponde, em média, a 33% do spread bancário.

– Qual a razão disso, se a inadimplência não é tão alta? – indagou.

Em resposta, Meirelles disse que "todos os dados" com os quais a instituição lida indicam que a inadimplência é de fato alta.

Ao final da reunião, a CAE aprovou requerimento para a realização de audiência sobre tarifas bancárias com dirigentes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

ZPEs elevarão competitividade do país, diz Sarney

O senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou ontem, na CAE, que o Brasil estaria inserido no mercado internacional com a mesma capacidade competitiva que a China apresenta hoje caso as zonas de processamento de exportação (ZPEs) já estivessem operando em nosso país. Sarney, que editou a legislação sobre as ZPEs quando era presidente da República, há 19 anos, acompanhou no colegiado a aprovação das emendas ao projeto (PLS 146/96) que facilita a implantação das 17 zonas já autorizadas para diversos estados.

– Quando uma idéia é uma força poderosa, ela resiste ao tempo – proclamou Sarney, que foi homenageado por vários senadores por ter sido o introdutor do modelo das ZPEs.

Proteção

Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou que vai se empenhar para que a nova legislação não provoque danos para empresas e zonas industriais já instaladas. Apresentando-se como defensor dos interesses de seu estado, afirmou que há pontos no projeto que precisam ser esclarecidos, como a emenda que define em 20% a parcela da produção que poderá ser comercializada no mercado interno. Segundo explicou o parlamentar, não está claro se o percentual recairia sobre toda a produção da ZPE ou se deveria ser calculada, separadamente, sobre a atividade de cada empresa.

– Se forem 20% da produção de uma grande multinacional, essa parcela pode ser muito maior do que determinados mercados nacionais podem absorver – avaliou.

Jefferson Péres (PDT-AM) também cobrou do governo a garantia, na medida provisória a ser editada com modificações ao projeto, de salvaguardas para as indústrias já estabelecidas – inclusive, como salientou, para proteger o Pólo de Manaus.

Presidente do Conselho de Ética informa que os integrantes do colegiado receberão, em caráter sigiloso, os resultados das análises feitas pela Polícia Federal

Sibá recebe perícia de documentos entregues por Renan

O senador Sibá Machado (PT-AC), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, recebeu na noite de ontem o resultado da perícia realizada pela Polícia Federal nos documentos apresentados ao colegiado por Renan Calheiros (PMDB-AL). A documentação diz respeito à venda de gado realizada por Renan, que comprovaria a fonte dos recursos destinados à jornalista Mônica

Veloso, com quem o presidente do Senado tem uma filha.

Segundo a assessoria de imprensa de Sibá Machado, os resultados da análise da PF serão encaminhados em caráter sigiloso aos membros do conselho, para que eles possam estudá-los antes da reunião marcada para hoje, em que será votado o relatório sobre a representação do PSOL contra Renan por suposta quebra

de decoro parlamentar.

O presidente do Senado é acusado de ter despesas pessoais referentes ao pagamento da pensão à filha efetuadas por Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior. O senador se defendeu alegando que os recursos seriam seus, e não da empreiteira, e apresentou documentos demonstrativos de seu patrimônio.

No entanto, a veracidade

de algumas notas fiscais apresentadas foi contestada em reportagem veiculada pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, o que fez com que os membros do conselho interrompessem o processo de discussão do relatório do senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA) e solicitassem a perícia.

Em seu voto, Cafeteira, relator, recomendou o arquivamento da representação por "absoluta ausência

de provas ou indícios que, ao menos em tese, pudessem justificar a abertura de um processo por quebra de decoro parlamentar". Cafeteira está licenciado por motivos de saúde.

De acordo com a assessoria de Sibá Machado, até a noite de ontem não havia sido escolhido o relator ad hoc do processo. O senador teria consultado vários colegas, mas ainda não tinha resposta.



Sibá Machado confirma reunião que poderá votar o relatório



"Colegiado não pode se render a pressões", apela Inácio Arruda

Inácio Arruda pede cautela ao Conselho de Ética

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu cautela ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na votação do relatório sobre a representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar.

– É preciso compreender que há uma batalha política de setores conservadores que não aceitam o fortalecimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de sua base – advertiu.

Inácio Arruda ponderou que o Conselho de Ética não pode se render "à pressão enorme" de alguns setores, que teriam adotado uma posição de condenação a priori de Renan Calheiros. O alvo dessa suposta estratégia seria, de acordo com o parlamentar, o presidente da República.

– Os senadores e os veículos [de comunicação] não são instrumentos da inocência. Há uma vontade de condenar a priori antes que se chegue a qualquer prova – reiterou.

Jefferson e Simon defendem saída do presidente do Senado

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) pediram ontem que Renan Calheiros se afaste da Presidência do Senado em função da denúncia de que parte de suas contas pessoais teriam sido pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da empresa Mendes Júnior. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar analisa representação do PSOL contra o senador com base nessa denúncia.

– Renan deveria manter distanciamento total disso tudo, pois o que está acontecendo é muito inconveniente. Ele está conversando com todos os membros do conselho e, inclusive, manifestando-se durante as reuniões do colegiado – criticou Jefferson, em entrevista à imprensa.

Para o senador pelo Amazonas, o pedido de afastamento do cargo seria uma "questão de bom senso". Ele defendeu ainda o adiamento da votação do relatório preparado pelo senador Eptácio Cafeteira sobre a representação

do PSOL. Jefferson Péres considera necessária, antes da votação do relatório, a realização de uma perícia nas transações de venda de gado feitas por Renan – que foram apresentadas como prova de que o senador dispõe de recursos para pagar a pensão alimentícia a sua filha com a jornalista Mônica Veloso. De acordo com as denúncias, parte dessas despesas teriam sido pagas por Gontijo.

Já o senador Pedro Simon argumentou que Renan Calheiros deveria renunciar à Presidência do Senado para preservar a instituição, que, em sua opinião, virou motivo de "chacota na imprensa nacional".

– Não estou preocupado com nada mais do que com a figura do Senado e a figura dele [Renan Calheiros]. Mas ele está em posição profundamente delicada. Se ele se redimir, baixar a cabeça, renunciar e for cuidar da sua vida, será bem melhor para ele e para nós – declarou o representante do Rio Grande do Sul, em entrevista a jornalistas.



Afastamento do cargo indicaria "bom senso", afirma Jefferson



Simon: Renan deve renunciar para preservar a instituição



"Tenho certeza de que a verdade vai prevalecer", afirma Renan a jornalistas

Senador se diz tranquilo e rejeita hipótese de renúncia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, em entrevista a jornalistas no fim da tarde, que não cogita a hipótese de se afastar do cargo, em razão de suspeitas, lançadas pela imprensa, de que teria contas pessoais pagas por um funcionário da empreiteira Mendes Júnior.

– Estou absolutamente tranquilo. Fui obrigado a fazer a prova negativa de tudo. Se for necessário, vou continuar fazendo e tenho absoluta certeza de que a verdade vai prevalecer – comentou o senador, referindo-se aos documentos enviados ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O colegiado deverá julgar hoje a representação encaminhada pelo PSOL.

Na conversa com os jornalistas, Renan disse que o Senado está "funcionando normalmente" e que a Casa deve concentrar-se, nos próximos dias, na votação de matérias de importância para o país.

– Nós temos quatro medidas provisórias trancando

a pauta. Depois vamos dedicar uma semana à votação do pacote antiviolação e votar coisas que ajudem a criar no Brasil um cenário de crescimento econômico, de geração de renda e de emprego. Eu acho que é isso que o Brasil quer: que nós trabalhe – assinalou.

Relatório

Pela manhã, o presidente do Senado foi questionado por jornalistas sobre uma suposta dificuldade enfrentada pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Sibá Machado, em encontrar um relator para a representação que tramita no colegiado. Renan Calheiros respondeu que está preocupado apenas com a prevalência da verdade nas decisões ali tomadas.

– Eu quero que prevaleça a verdade e, para que isso aconteça, vou fazer o que for necessário. Estou cuidando de fazer tudo, absolutamente tudo, para que prevaleça a verdade – ressaltou Renan.

Agripino: faltam elementos para embasar a decisão

Em discurso no Plenário, o líder do Democratas, senador José Agripino (RN), afirmou que ainda não existem elementos suficientes para condenar ou absolver o presidente do Senado, Renan Calheiros, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Agripino disse ser amigo de Renan e lembrou que o DEM (então PFL) apoiou o senador em sua primeira eleição à Presidência da Casa em 2005.

Para José Agripino, uma posição favorável ou desfavorável a Renan Calheiros só poderá ser tomada após o resultado da perícia dos documentos entregues por ele ao conselho.

– Sinto que a bancada quer aguardar o resultado da perícia. Vamos aguardar para ver as provas, e aí o voto será dado – frisou.

Ele informou que realizará hoje uma reunião para buscar uma posição única da bancada do DEM. Caso a perícia dos documentos não seja suficiente, Agripino disse que pedirá mais prazo para analisar o caso.



De acordo com Agripino, bancada do DEM poderá pedir mais prazo

Enquanto Virgílio adota cautela no exame de denúncias, Suplicy e Cristovam recomendam amplo esclarecimento do episódio e Almeida Lima critica manifestações contra presidente do Senado

Documentário sobre Milton Santos é lançado no Senado

O documentário Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá foi lançado ontem no Auditório Petrônio Portela, do Senado. A iniciativa faz parte das ações empreendidas pela Casa, que vem oferecendo seu espaço para a difusão da cultura brasileira.

O filme, que estréia em circuito nacional dia 17 de agosto, foi o vencedor na categoria Júri Popular do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, em 2006. O diretor, Silvio Tendler, aborda o tema da globalização sob a perspectiva das

periferias de cidades, países e continentes – com base em uma entrevista feita com o geógrafo Milton Santos, em janeiro de 2001, pouco antes de sua morte, ocorrida em junho do mesmo ano.

Participaram do evento os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Mão Santa (PMDB-PI) e José Nery (PSOL-PA), o doutor em arquitetura Manoel Lemes da Silva Neto, o deputado Pedro Eugênio, a produtora Ana Rosa Tendler e o secretário-executivo do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.



PSDB não quer nenhuma dúvida sobre denúncias, esclarece Virgílio

Virgílio aguarda perícia para se manifestar

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse ontem que seu partido aguarda perícia da Polícia Federal em documentos apresentados ao Conselho de Ética pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, antes de se pronunciar sobre o assunto. O conselho se reunirá hoje para dar continuidade à análise de representação do PSOL, com base em denúncias de que Renan teria contas pessoais pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior.

Segundo Arthur Virgílio, o PSDB deseja que não reste “nenhuma sombra de dúvida sobre o caso” – daí a posição de aguardar a perícia da PF e não se precipitar sobre um possível pedido de renúncia de Renan do cargo de presidente da Casa.

– O PSDB foi quem requisitou a perícia – frisou Arthur Virgílio, assegurando que o partido “entrou de cabeça erguida no julgamento e sairá da mesma forma, consagrando a busca da verdade”.

Arthur Virgílio recebeu aparte de Sérgio Guerra (PSDB-PE), considerando que a atuação de alguns parlamentares no Conselho de Ética “gerou convicção de que o Senado não está trabalhando sério em relação ao assunto”.

– A nossa responsabilidade deve ser a de tomar uma posição que possamos afirmar na rua ou em qualquer lugar e com capacidade de convencer o povo – enfatizou Guerra.

Almeida Lima explica duplicidade de cheques em recibos de Renan

Um erro de digitação fez com que um mesmo cheque constasse em dois recibos diferentes, referentes à venda de gado realizada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a Marcelo Nunes Amorim. A explicação foi dada pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE) que, da tribuna do Plenário, exibiu cópias dos cheques de números 409571 e 409575, nos valores de R\$ 30.800 e R\$ 95.232.

– Ao datilografar os dois recibos, a pessoa repetiu no recibo seguinte o número do cheque do recibo anterior. Apenas isso. Os dois cheques do emitente contra o banco HSBC, um para um mês e o outro para o mês seguinte. Os dois nominais ao senador Renan Calheiros e depositados na conta dele. Será que está explicado ou isso aqui é um



“Foi apenas um erro de digitação”, diz Almeida Lima

fato obscuro? – indagou.

Almeida Lima também rebateu as opiniões de que Renan estaria “sangrando” o Senado. Ele argumentou que os pronunciamentos de parlamentares, alguns até defendendo o afastamento do presidente do Senado, é que estariam “levando a Casa à bancarrota”.

Em aparte, Wellington Salgado (PMDB-MG) também defendeu o presidente do Senado.

“Povo está indignado com o Congresso”, afirma Cristovam



Na avaliação de Cristovam, Legislativo está perdendo força

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que o Congresso Nacional não está sintonizado com os sentimentos, vontades e necessidades do povo brasileiro. O senador disse que falta “uma gota d’água para que a indignação do povo se transforme em revolta”.

Na avaliação de Cristovam, o Legislativo está perdendo forças, pois “o

país é governado por medidas provisórias”.

Sobre as denúncias contra Renan Calheiros, Cristovam opinou que, para a opinião pública, os senadores estão protegendo o presidente do Congresso. “O Senado deve deixar claro que está apurando o caso como se deve e com o devido rigor”, acrescentou.

Em apartes, Marisa Serrano (PSDB-MS), Pedro Simon (PMDB-RS), Osmar Dias (PDT-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM) elogiaram e apoiaram o pronunciamento. Marisa Serrano disse que pesquisas demonstram que “os políticos estão em descrédito” diante da população. Osmar afirmou que os fatos investigados pelo Conselho de Ética devem ser esclarecidos com urgência perante a opinião pública.

Suplicy aconselha licença e ida ao Conselho de Ética

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o presidente do Senado, Renan Calheiros, deveria licenciar-se do cargo para se dedicar inteiramente a sua defesa no Conselho de Ética. O senador aconselhou-o a se preparar para o esclarecimento de todas as dúvidas que pairam a respeito da denúncia de que usou recursos da empreiteira Mendes Júnior, por meio de um funcionário da empresa, a fim de cumprir suas obrigações com uma filha fora do casamento.

De acordo com o senador, o eventual comparecimento de Renan ao conselho permitiria aos membros daquela instância ter todas as condições para votar de maneira isenta e consciente o relatório sobre a representação movida pelo PSOL.

– Se eu estivesse no lugar dele, faria isso – frisou Suplicy, lembrando o quanto foi proveitoso para Renan esclarecer o mal-entendido em torno de registros de venda de bois.

Suplicy considerou também essencial para o julgamento dos senadores o conhecimento dos resultados na perícia realizada nos documentos de atividades rurais encaminhados ao conselho por Renan.

O senador lembrou o episódio em que Henrique Hargreaves, ministro da Casa Civil no governo Itamar Franco (1992-1994), acusado de irregularidades, afastou-se durante as investigações, tendo retornado livre das denúncias.



Suplicy lembra episódio das denúncias contra Hargreaves

PT defenderá fidelidade partidária

João Pedro (PT-AM) comunicou ontem a decisão do Diretório Nacional do PT sobre os pontos da reforma política que o partido defenderá no Congresso. De acordo com o senador, o diretório reafirmou a posição da Executiva Nacional da legenda de apoiar a aprovação da lista fechada de candidatos, da fidelidade partidária, do financiamento público de campanha e do fim das coligações proporcionais.

Flexa Ribeiro aplaude acordo sobre as ZPEs

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou ontem, em Plenário, a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do parecer favorável às emendas da Câmara a projeto que altera a legislação sobre as zonas de processamento de exportação (ZPEs). A votação ratificou acordo entre líderes partidários e o governo para que o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) fosse acatado sem mudanças.



Adelmir: governador do DF criou comitê para regulamentar lei

Adelmir registra caravana da frente da microempresa

Adelmir Santana (DEM-DF) informou que, no encerramento da caravana da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas do Congresso Nacional, ontem, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, determinou a constituição de um comitê para tratar da regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A Câmara Legislativa do DF também anunciou a criação de uma frente parlamentar para analisar o assunto.

Conforme o senador, antes de chegar ao Distrito Federal a caravana percorreu Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará e Pernambuco. O movimento teve como objetivo incentivar a regulamentação e a aplicação da lei, que, apesar de estar em vigor desde dezembro de 2006, será implantada definitivamente a partir de 1º de julho.



Kátia Abreu sugere proibição do uso de gorduras trans

Kátia Abreu quer restringir publicidade de alimentos dirigida às crianças

Kátia Abreu (DEM-TO) propôs que o Congresso discuta a fundo e vote uma legislação que limite a publicidade de alimentos altamente calóricos, mas de baixo poder nutritivo, dirigida às crianças.

Para ela, os deputados e senadores deveriam

aprovar inclusive uma lei proibindo o uso de gorduras trans (especialmente a gordura hidrogenada) nos alimentos consumidos no país, porque provocam grandes males à saúde.

Tal legislação seria inserida em amplo programa de combate à obesidade,

segundo exemplo dos países europeus, dos Estados Unidos e do Canadá. Explicou que tais alimentos altamente calóricos e com excesso de gorduras saturadas, açúcar e sal contribuem decisivamente para a obesidade de crianças e jovens. A obesidade, por sua vez,

pode provocar danos severos à saúde, como diabetes, hipertensão e problemas cardiovasculares.

Kátia Abreu lembrou que audiência promovida pela Subcomissão de Saúde e apresentou um quadro preocupante. Mais de 40% dos brasileiros estão acima

do peso e existem 6 milhões de jovens obesos. Ela observou que as mudanças de hábitos estão ligadas à entrada dos alimentos industrializados, aos fast foods (restaurantes de comidas rápidas) e aos junk foods (alimentos de baixo valor nutricional).

Embalagens deverão ser biodegradáveis

Com a finalidade de proteger a qualidade do meio ambiente e da saúde humana, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) apresentou projeto de lei que determina a substituição de embalagens plásticas convencionais por recipientes biodegradáveis.

O projeto (PLS 259/07) dispõe sobre a instituição do Programa de Substituição de Embalagens Plásticas Convencionais por Congêneres Biodegradáveis, que terá cinco anos para sua implementação. Depois desse prazo, haverá uma avaliação oficial dos resultados do programa, para se decidir sobre sua manutenção ou sobre a adoção de modificações.

As pessoas jurídicas de direito privado que investem na fabricação de embalagens plásticas biodegradáveis receberão incentivos fiscais e creditícios nos termos de legislação específica, de acordo com a proposta.

A proposta está em tramitação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, e tem como relator o senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Omissão, em currículo enviado à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, de informações sobre cargo que Luiz Antônio Pagot ocupou no Senado provoca debate em Plenário

Mário Couto questiona indicação para a diretoria do Dnit

O senador Mário Couto (PSDB-PA) questionou ontem a indicação ao Congresso Nacional do nome de Luiz Antônio Pagot para a diretoria-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (Dnit). O indicado passará por sabatina na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e, caso aprovado, seu nome será submetido a votação em Plenário.

De acordo com Mário Couto, Pagot omitiu do seu currículo enviado à CI informações relativas a cargo que teria ocupado no próprio Senado, simultaneamente ao tempo (1995-2002) em que trabalhou para uma empresa privada de Itacoatiara (AM), a Hermasa, o que, na visão do parlamentar, constitui uma irregularidade.

– Isso pressupõe que



Mário Couto quer esclarecimento sobre suposta irregularidade

ele tem que devolver R\$ 428 mil ao Senado, pelo período que consta irregularmente como trabalhado – acusou o senador, ressaltando não ter nada pessoal contra Luiz Antônio Pagot. Segundo enfatizou, sua preocupação é com a indicação para o Dnit “de alguém que trabalhou a 3,6 mil quilômetros de distância de Brasília em uma empresa privada e que omite esses dados”.

João Ribeiro defende Pagot e explica dúvida sobre rendimentos

O líder do PR, João Ribeiro (TO), defendeu em Plenário a indicação de Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor-geral do Dnit.

O senador apresentou aos colegas parlamentares cópia de declaração de Imposto de Renda de Pagot mostrando que ele declarou ao fisco seus dois rendimentos do período 1995-2002: assessor parlamentar de Jonas Pinheiro (DEM-MT) e função exercida na iniciativa privada, na Hermasa Navegação da Amazônia.

– Ele não omitiu em momento algumas duas fontes de renda – assinalou João Ribeiro.

Além da declaração de renda, o senador João Ribeiro informou estar de posse do currículo de Pagot, em que também constariam as duas atividades.



João Ribeiro apresenta cópia da declaração do IR de Pagot

O que pode ter ocorrido, segundo ele, é o currículo ter sido enviado em formato resumido à CI, diretamente pelo Ministério dos Transportes e, por essa razão, não constarem todas as informações.

Em apartes, os senadores Magno Malta (PR-ES), Jonas Pinheiro, Delcídio Amaral (PT-MS) e Jayme Campos (DEM-MT) apoiaram a indicação de Luiz Antônio Pagot.

Efraim pede ao governo recursos para hospitais

O senador Efraim Morais (DEM-PB) fez ontem um apelo ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pedindo a liberação de recursos para aquisição de equipamentos de tratamento de câncer para dois hospitais de seu estado.

Efraim lamentou o fato de o Hospital Napoleão Laureano, sediado em João Pessoa, e a Fundação Assistencial da Paraíba (FAP), localizada na cidade de Campina Grande, estarem precisando fazer campanha de arrecadação de fundos para a compra de aceleradores lineares utilizados no combate a tumores cancerosos.

– É lamentável que isso ocorra no momento atual, quando o próprio presidente diz que o país nunca esteve tão bem, desde o seu descobrimento – disse.

Efraim criticou ainda a distribuição de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) entre os estados da Federação. O senador afirmou que alguns estados nordestinos, entre eles a Paraíba, recebem do SUS valores menores por paciente do que outros mais ricos.

Em apartes, Cícero Lucena (PSDB-PB), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PT-RR) apoiaram Efraim.

Paulo Paim anuncia projeto que recria a Sudesul

Paulo Paim (PT-RS) anunciou a apresentação de projeto que recria a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), extinta em 1990. O senador argumentou que os três estados do Sul precisam de uma agência federal para bancar grandes obras de infra-estrutura. Paim informou ter recebido da governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, apoio à proposta.

O Dia Mundial de Com-



Aumento no número de crianças que trabalham preocupa Paim

bate ao Trabalho Infantil, comemorado no dia 12, foi registrado pelo sena-

dor, que lamentou o fato de o número de crianças brasileiras que trabalham ter aumentado em 2005, depois de uma década de queda. Ele lembrou que a Organização Internacional do Trabalho constatou a existência de 300 milhões de crianças trabalhando em todo o mundo, 100 milhões das quais em serviços degradantes.

No Brasil, o número de crianças de cinco a 13 anos no trabalho chega a 3 mi-

lhões, uma grande parte em serviços insalubres, pesados ou humilhantes. O senador observou que 70% dessas crianças estão na área rural.

Paim elogiou ainda a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do projeto que modifica a legislação que criou as zonas de processamento de exportação. Ele informou que a cidade de Rio Grande, no seu estado, contará com uma ZPE.



Efraim critica distribuição de recursos do SUS entre estados



Projeto de Maria do Carmo terá decisão terminativa na CMA



Garibaldi (E), Lúcia Vânia e Flexa com parlamentares da Rússia: cooperação

Desenvolvimento regional é tema de encontro com russos

Uma delegação de parlamentares russos, representando o Comitê para os Assuntos da Federação e do Desenvolvimento Regional da Assembléia da Federação Russa, reuniu-se ontem com senadores membros da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O objetivo foi a troca de informações visando ao estreitamento de laços e cooperação no âmbito do desenvolvimento regional.

A reunião foi conduzida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da comissão, que ressaltou a importância do encontro e a preocupação dos russos com a necessidade de aumentar as exportações para

o Brasil, visto que hoje o Brasil é superavitário, com destaque para o comércio de carne bovina. Compareceram os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Cícero Lucena (PSDB-PB), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Os parlamentares brasileiros fizeram breves exposições sobre a situação de seus estados e regiões, tratando do potencial econômico, mas igualmente dos obstáculos ao desenvolvimento. Pela delegação russa, falou o vice-presidente do comitê, Victor Vassilievitch, que se mostrou esperançoso em relação à cooperação bilateral.

Collor defende ajustes nas políticas externa e de defesa

O senador Fernando Collor (PTB-AL) reivindicou ajustes nas políticas externa e de defesa nacional. O pleito se justificaria pela necessidade de o Brasil se resguardar diante da situação de instabilidade observada em países vizinhos. O alerta tinha em vista, especialmente, a Bolívia e a Venezuela, esta última dedicada, segundo Collor, "à escalada de influência no entorno brasileiro".

– Um arco de instabilidade cerca o país. Não podemos deixar de estar preparados no campo diplomático e de defesa.

Após apontar o pioneirismo do Brasil na integração sul-americana, o senador sustentou que o sucesso desse processo dependa da superação de diferenças culturais e históricas e da construção de uma visão



Instabilidade em países vizinhos preocupa Fernando Collor

conjunta de futuro.

– A integração que sempre almejei tem a paz como pressuposto. Cabe ao Brasil não deixar ruir esse processo – incentivou.

Collor considera que o Senado precisa participar de forma mais ativa das decisões nos campos diplomático e de defesa. Ele defendeu ainda uma política externa menos ideológica e mais voltada para a aceleração do crescimento.

Requerimento de criação da comissão para investigar fraudes em licitações havia sido apresentado na semana passada, mas ainda dependia de duas assinaturas

Pedido de CPI da Navalha é protocolado novamente

Com 171 assinaturas de deputados e 30 de senadores, foi protocolado, ontem, na Secretaria da Mesa do Congresso Nacional, o requerimento para criação da comissão parlamentar mista de inquérito que visa apurar as denúncias oriundas da chamada Operação Navalha, conduzida pela Polícia Federal (PF) para investigar esquema de quadrilha que fraudava licitações públicas em diversos estados.

Um primeiro pedido de criação da CPI da Navalha já havia sido apresentado na semana passada. No entanto, das 202 assinaturas de deputados, 31 eram

repetidas, uma não conferia – a de Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) – e a de Lindomar Garçon (PV-RO) foi retirada. Por isso, nova lista foi apresentada.

Conferência

A Secretaria da Mesa do Congresso fará a conferência dessas novas assinaturas e, caso sejam confirmadas, enviará o requerimento para a publicação no Diário do Congresso.

Após a publicação, o presidente do Senado terá de convocar uma sessão do Congresso para fazer a leitura do requerimento e solicitar que os líderes dos partidos nomeiem os

integrantes da CPI.

Assinaturas de parlamentares poderão ser retiradas ou acrescentadas até a meia-noite do dia em que for feita a leitura do requerimento em sessão do Congresso.

Caso a CPI não tenha o apoio mínimo necessário – 171 deputados e 27 senadores – ela é arquivada. Se obtiver, o presidente do Congresso Nacional poderá estipular um prazo para a indicação dos integrantes e, caso esses membros da comissão não sejam sugeridos no prazo, ele próprio poderá indicar os nomes no lugar dos líderes.

Mozarildo cobra investigação de ONGs

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo à instalação da CPI criada para investigar a atuação de organizações não-governamentais (ONGs). Os integrantes da comissão já foram indicados no início deste mês.

O senador – que presidiu uma CPI com o mesmo objetivo, em 2002 – apelou à Polícia Federal, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que continuem a investigar e a punir as organizações envolvidas com atividades irregulares enquanto a comissão não inicia suas atividades.

Mozarildo citou reporta-



Mozarildo cita reportagens e faz apelo por instalação de CPI

gens sobre ações suspeitas ou desvios de verbas públicas atribuídos a ONGs. Uma delas foi publicada pela Folha de Boa Vista e denuncia a atuação da ONG inglesa Cool Earth, que já teria recebido mais de 20 mil doações para a compra

de terras na Amazônia.

Outra matéria foi publicada pela Tribuna da Imprensa e enfocou o aumento de 1.180% no número de ONGs funcionando no país entre 2002 e 2006. As duas últimas reportagens relacionavam-se a uma ONG que teria desviado R\$ 50 milhões com golpes corporativos e outra que teria sacado R\$ 5,6 milhões em apenas 45 dias.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) considerou estranho a comissão ainda não estar em atividade, mas Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento da CPI, defendeu sua instalação apenas em agosto.



Mão Santa: dengue voltou ao Piauí por falta de combate

Mão Santa diz que corrupção tomou conta do país

Na opinião de Mão Santa (PMDB-PI), "a corrupção saiu de Brasília e tomou conta do Brasil". O senador afirmou que os setores de segurança pública e de saúde vão muito mal no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e criticou a atuação do Congresso Nacional.

– A Câmara de Vereadores da minha cidade, Paranaíba, é melhor do que este Congresso – comparou.

Citando o ex-deputado Ulysses Guimarães, falecido em 1992, Mão Santa disse que "a corrupção é o cupim que corrói a democracia".

– Existe um mar de corrupção no governo petista e, para manter a popularidade, o presidente passou a atacar a imprensa, acusando-a de falar mal do Brasil. Se não tivesse imprensa, quem iria frear a corrupção? Temos que lutar pela decência – ressaltou o senador.

Mão Santa também destacou que a dengue foi erradicada no Piauí em 1950, "mas a falta de investimentos no combate ao mosquito *Aedes aegypti* nos dois governos Lula fez a epidemia retornar a Teresina".

Marco Maciel pede simplificação das leis

Marco Maciel (DEM-PE) fez ontem um apelo em Plenário para que os parlamentares trabalhem para simplificar o processo de elaboração das leis e para consolidá-las junto à sociedade, de modo que sejam mais conhecidas e efetivamente postas em prática.

– A anomia [ausência de normas] não é o único

perigo das sociedades, o outro é a hiperanomia, o crescimento desordenado de normas e instituições e leis – observou Maciel, citando Ralf Dahrendorf, no livro *A Lei e a Ordem*.

O senador criticou os códigos de leis brasileiros, muitas vezes "abarrota- dos de textos que mais confundem que esclarecem", e observou que esse ex-

cesso chega a confundir até os próprios juristas. Ele também censurou o que considera um grande número de constituições brasileiras editadas desde a proclamação da República, há 117 anos. Foram oito até hoje.

– O Parlamento não é a fábrica que deva recomendar-se pelo número de projetos que elaborou pela



Maciel critica códigos de leis do Brasil "abarrota- dos de textos"

rapidez com que os produza – disse Maciel, recorrendo a citação do jornalista Prudente de Moraes Neto.



Projeto de Papaléo Paes inverte ônus da prova documental

Proposta muda regras de processos trabalhistas

Papaléo Paes (PSDB-AP) fez ontem um apelo aos parlamentares para que votem projeto de sua autoria que inverte o ônus da prova documental dos processos na Justiça do Trabalho. Atualmente, cabe ao empregado provar o vínculo. A proposição modifica a Consolidação das Leis de Trabalho e tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– O objetivo é garantir a aplicação da Justiça na hipótese de acesso a documentos em poder do empregador, impossíveis de serem acessados pelo empregado, em casos que requerem perícia técnica, inacessíveis ao trabalhador hipossuficiente – argumentou o autor da proposta (PLS 335/07).

O senador citou facilidades comumente detectadas em favor dos empregadores, como a capacidade de arremeter testemunhas e as dificuldades do trabalhador para obter acesso a determinados documentos que poderiam aliviar suas ações. Também afirmou que a vantagem econômica dos patrões contribui para dificultar a produção de prova consistente contra atos discriminatórios no ambiente de trabalho.

– Na opinião de vários juristas, exigir da parte mais fraca a prova da discriminação, ainda mais de forma cabal e irrefutável, chega a ser cruel para quem sofre ato discriminatório. Tal decisão significa a negação do acesso à própria Justiça e um incentivo à perpetuação das desigualdades sociais que marcam nosso país – avaliou.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a medida vai desafogar a Justiça do Trabalho.

País passará a contar com instalações esportivas de nível mundial, afirma Orlando Silva ao justificar investimento de R\$ 3,6 bilhões para realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro

Pan promove imagem do Brasil no exterior, ressalta ministro do Esporte

A realização, no Rio de Janeiro, da 15ª edição dos Jogos Pan-Americanos, em julho, ajudará a promover a imagem do Brasil no exterior e a incluir o país no circuito dos grandes eventos esportivos internacionais, disse ontem o ministro do Esporte, Orlando Silva. Esses foram os principais argumentos usados por ele, em audiência pública da Comissão de Educação (CE), para responder às preocupações dos senadores com os R\$ 3,6 bilhões investidos na realização do evento.

Desse valor gasto, informou o ministro, aproximadamente a metade terá sido investida pelo governo federal – aí incluídos o financiamento da Caixa Econômica Federal para a construção da Vila Olímpica e a ajuda ao governo estadual para a reforma do ginásio do Maracanãzinho. A prefeitura do Rio de Janeiro investirá um terço do total. O restante será dividido entre o governo estadual e o Comitê Olímpico.



Cristovam (D) preside reunião em que ministro explica recursos investidos para sediar evento

O ministro admitiu que o planejamento inicial foi “pouco consistente”. As despesas com segurança, por exemplo, teriam sido subestimadas. A seu ver, porém, “não é detalhe” o fato de o Brasil passar a contar com instalações esportivas de nível mundial. Ele observou que a imagem da Alemanha mudou para melhor após a realização da Copa de 2006 e recordou que várias goteiras prejudicaram a recente realização, em São Paulo, do Campeonato Mundial de Basquetebol.

– Chovia dentro da quadra, o que expunha os atletas e desmoralizava o

complementar ao das atividades escolares. Segundo Orlando Silva, 650 mil crianças serão atendidas até o final do ano.

Wellington Salgado (PMDB-MG), co-autor do requerimento, elogiou a qualidade dos equipamentos esportivos. A melhor consequência da realização dos jogos, disse Rosalba Ciarlini (DEM-RN), será o estímulo à prática esportiva em todo o país. Wilson Matos (PSDB-PR) frisou que os R\$ 3,6 bilhões investidos no Pan poderiam ser suficientes para construir 50 mil quadras poliesportivas em todo o país.

Arns discute projeto sobre distribuição de medicamentos

Flávio Arns (PT-PR) recebeu ontem portadores de doenças crônicas, além do subprocurador da República Carlos Henrique Martins Lima e do líder do movimento “Brasil mostra a sua Cara”, Sérgio Sampaio. Durante a reunião, o senador entregou aos presentes uma cópia do projeto de lei de sua autoria que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecer gratuitamente medicamentos de alto custo que não constam na listagem do Ministério da Saúde. Atualmente, muitos portadores de doenças crônicas têm que recorrer à Justiça para ter acesso às medicações.

O projeto (PLS 338/07) ainda sugere que a listagem seja atualizada, no mínimo, uma vez por ano. Para julgar os pedidos de inclusão de me-



Flávio Arns (ao fundo, à dir.) e portadores de doenças crônicas: proposta garante gratuidade

dicamentos, seria criado o Conselho Nacional de Incorporação de Medicamentos e Produtos de Saúde (CNIM), composto por órgãos governamentais e por entidades da sociedade civil.

– O objetivo é que o paciente de doença crônica não tenha que ir à Justiça para ter seu direito assegurado. O aspecto financeiro tem que estar abaixo do direito à vida. A Constituição estabelece que o atendimento

país – lembrou.

O primeiro senador a demonstrar preocupação com o orçamento dos Pan-Americanos foi Inácio Arruda (PCdoB-CE), que apresentou o requerimento para a audiência. Ele pediu ainda ao ministro maiores informações sobre o programa Segundo Tempo, por meio do qual são patrocinadas práticas esportivas no horário

complementar ao das atividades escolares. Segundo Orlando Silva, 650 mil crianças serão atendidas até o final do ano.

Wellington Salgado (PMDB-MG), co-autor do requerimento, elogiou a qualidade dos equipamentos esportivos. A melhor consequência da realização dos jogos, disse Rosalba Ciarlini (DEM-RN), será o estímulo à prática esportiva em todo o país. Wilson Matos (PSDB-PR) frisou que os R\$ 3,6 bilhões investidos no Pan poderiam ser suficientes para construir 50 mil quadras poliesportivas em todo o país.



Camata: obra do ecologista é tema de prêmio dos Diários Associados

Camata elogia homenagem a Augusto Ruschi

Gerson Camata (PMDB-ES) enalteceu ontem, em Plenário, a iniciativa da Fundação Diários Associados de homenagear o ecologista capixaba Augusto Ruschi, ao colocar obra dele como tema do 13º Prêmio Nacional Assis Chateaubriand. O concurso distribui R\$ 35 mil em prêmios para redações de alunos do ensino fundamental ao superior. O tema é Augusto Ruschi e o Desafio do Desenvolvimento Sustentado.

– Defensor da fauna e da flora, Augusto Ruschi foi o Patrono da Ecologia Brasileira, por sua posição em favor da natureza e pelo estudo das espécies brasileiras. O ecologista lutou e trabalhou com o pouco pela importância de se pensar sobre o homem e seu habitat – ressaltou Gerson Camata, reproduzindo anúncio do Correio Braziliense, publicação dos Diários Associados em Brasília.

O senador destacou que, nos anos 60, Ruschi defendia os cuidados com o meio ambiente e com os mananciais, manifestando-se contrariamente ao uso indiscriminado de defensivos agrícolas, especialmente os fertilizantes orgânicos.

Camata recordou que, naquela época, Ruschi já era reconhecido mundialmente e que cientistas acorriam à sua cidade natal, Santa Teresa (ES), para conhecer de perto seu trabalho. O senador relatou que Assis Chateaubriand, fundador dos Diários Associados, foi uma das personalidades a visitar a cidade capixaba para apoiar a cruzada de Ruschi em favor dos beija-flores, que estavam sendo exterminados pelo uso excessivo de defensivos agrícolas na região.

à saúde tem que ser universal e integral – disse o senador.

Para Sérgio Sampaio, independentemente do preço, os remédios têm que ser disponibilizados aos portadores de doenças crônicas, pois “sem os medicamentos as pessoas irão morrer”.

Eduardo Garcia, portador de mucopolissacaridose

– doença caracterizada pela diminuição da atividade em determinadas enzimas, e que causa várias seqüelas, como a diminuição da visão e dificuldades respiratórias –, afirmou que “o medicamento é um direito que eu tenho como cidadão”.

O PLS 338/07 tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguarda o recebimento de emendas até o dia 21 de junho.